

CPI - Orçamento

INÍCIO DAS INVESTIGAÇÕES

Começa esta semana o inquérito sobre os parlamentares suspeitos

O destino dos nove deputados federais que continuam a ser investigados por suspeita de envolvimento com a máfia do Orçamento começa a ser decidido esta semana. A Comissão Especial, criada pela Mesa da Câmara para auxiliar a Corregedoria Geral da Casa na avaliação de cada caso, termina hoje a análise dos relatórios das quatro subcomissões da CPI do Orçamento onde eles foram investigados. Providência idêntica está sendo adotada no Senado em relação ao único senador que continua sob investigação, Dario Pereira (PMDB-RN).

Até 11 de fevereiro, véspera do Carnaval, os nove indicados saberão se sairão inocentados ou se serão incluídos na lista de cassações. São eles os deputados José Luiz Maia (PPR-PI), Gastone Righi (PTB-SP), Paes Landim (PFL-PI), Uldurico Pinto (PSB-BA), José Carlos Aleluia (PFL-BA), Mussa Demes (PFL-PI), Pinheiro Landim (PFL-PI), José Carlos Vasconcelos (PRN-PE) e Roberto Jefferson (PTB-RJ). Os que forem incriminados terão seus nomes remetidos à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde se juntarão aos 16 deputados e um suplente indicados para cassação no relatório da CPI.

O corregedor-geral da Câmara,



Sérgio Amaral/AE

Fernando Lyra: "equivocos".

deputado Fernando Lyra (PSB-PE), disse ainda não ter condições de avaliar as chances de alguém sair inocentado ou incriminado, mas assegura que os únicos casos flagrantes de inocência já foram corrigidos, com a retirada dos deputados Jesus Tajra (PFL-PI), Pedro Irujo (PMDB-BA) e Jorge Tadeu Mudalen (PMDB-SP) da lista. "Precisamos analisar as provas, contra e a favor, para um julgamento objetivo." Por enquanto, a Comissão Especial está comparando os relatórios das subcomissões com o relatório final para tentar entender por que a CPI não

conseguiu concluir o veredicto sobre cada um.

O corregedor fez uma advertência aos advogados dos parlamentares que tentam se apegar a erros formais do relatório final da CPI para anular a culpa do cliente: "Não vamos permitir que o espírito de correção seja confundido com a busca da impunidade". Para Lyra, embora o relatório contenha erros, as críticas são equivocadas e geralmente partem de "vozes interessadas em tumultuar o processo, na tentativa de chegar à impunidade dos culpados".

Confiante no resultado do trabalho da CPI, ele já decidiu que vai votar pela cassação dos 17 parlamentares incriminados. Para o corregedor, a quebra de decoro é motivo da cassação por julgamento político, não técnico. "O delito, nesse caso, é consubstanciado na inequívoca autoria, não necessariamente em provas". Ele acha também que as eventuais diferenças entre o texto projetado e o texto final do relatório aprovado não prejudicarão a punição dos culpados. Não importa, para ele, se o acusado desviou US\$ 10 milhões ou US\$ 100 mil, se comprou duas ou vinte propriedades com dinheiro ilícito. "O fato criminoso não é o volume desviado, mas o ato praticado."